

***Phoenix Tower Participações S.A.
e Controladas***

*Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício
Findo em 31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da
Phoenix Tower Participações S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Phoenix Tower Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Phoenix Tower Participações S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014

Não examinamos, nem foram examinadas por outros auditores independentes, as demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 apresentadas para fins de comparação, e, conseqüentemente, não emitimos opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

São Paulo, 10 de junho de 2016



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Renato Vieira Lima
Contador
CRC nº 1 SP 257330/O-5

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	PASSIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)	31/12/2015			31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)	31/12/2015
CIRCULANTE					CIRCULANTE				
Caixa e equivalentes de caixa	3	159	1.454	5.688	Fornecedores	9	405	324	6.831
Contas a receber de clientes	4	735	-	11.104	Aluguéis a pagar	10	213	-	2.070
Dividendos a receber	5	4.873	-	-	Obrigações tributárias	11	332	1	3.280
Impostos a recuperar		74	-	527	Obrigações trabalhistas		220	-	1.018
Outros ativos		<u>91</u>	<u>1</u>	<u>577</u>	Dividendos a pagar	15.c)	454	-	454
Total do ativo circulante		5.932	1.455	17.896	Outros passivos		<u>601</u>	<u>-</u>	<u>949</u>
NÃO CIRCULANTE					NÃO CIRCULANTE				
Depósitos judiciais	12	-	-	354	Total do passivo circulante		<u>2.225</u>	<u>325</u>	<u>14.602</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8	2.564	-	2.564	NÃO CIRCULANTE				
Partes relacionadas	19	120	-	-	Empréstimos - Partes Relacionadas	19	35.340	2.796	17.617
Outros ativos		145	-	490	Provisão para desmobilização de ativos	13	-	-	2.292
Investimentos	6	475.562	-	-	Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	12	-	-	977
Imobilizado	7	4	-	108.035	Receita diferida	14	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>4.261</u>
Intangível	8	<u>240.641</u>	<u>1.364</u>	<u>597.813</u>	Total do passivo não circulante		35.340	2.796	25.147
Total do ativo não circulante		719.036	1.364	709.256	PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	15.a)	686.251	1	686.251
					Prejuízos acumulados		-	(303)	-
					Reserva de lucros		<u>1.152</u>	<u>-</u>	<u>1.152</u>
					Total do patrimônio líquido		<u>687.403</u>	<u>(302)</u>	<u>687.403</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>724.968</u>	<u>2.819</u>	<u>727.152</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>724.968</u>	<u>2.819</u>	<u>727.152</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		31/12/2015	31/12/2014 (não auditado)	31/12/2015
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	16	2.167	10	44.296
Custo das locações	17	(10.022)	(7)	(23.498)
LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO		<u>(7.855)</u>	<u>3</u>	<u>20.798</u>
DESPESAS OPERACIONAIS:				
Gerais e administrativas	17	(3.498)	(308)	(8.898)
Outras despesas não operacionais		(935)	-	(1.276)
Resultado de equivalência patrimonial	6	18.050	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>5.762</u>	<u>(305)</u>	<u>10.624</u>
Despesas financeiras	18	(6.418)	(7)	(6.645)
Receitas financeiras	18	1	10	413
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(655)</u>	<u>(302)</u>	<u>4.392</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Corrente	11	-	(1)	(5.047)
Diferido	8	2.564	-	2.564
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		<u>1.909</u>	<u>(303)</u>	<u>1.909</u>
QUANTIDADE MÉDIA PONDERADA DE AÇÕES		392.949.086	1.000	
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - R\$		<u>0,005</u>	<u>(303,00)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)	<u>31/12/2015</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.909	(303)	1.909
Outros resultados abrangentes	-	-	-
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>1.909</u>	<u>(303)</u>	<u>1.909</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de lucros		Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
			Reserva legal	Reserva de Retenção de lucros		
SALDOS EM 9 DE MAIO DE 2014 (NÃO AUDITADO)		1	-	-	-	1
Prejuízo do exercício		-	-	-	(303)	(303)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (NÃO AUDITADO)		<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(303)</u>	<u>(302)</u>
Aumento de capital	15.b)	686.250	-	-	-	686.250
Lucro líquido do exercício		-	-	-	1.909	1.909
Reserva legal	15.c)	-	95	-	(95)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	15.c)	-	-	-	(454)	(454)
Reserva de retenção de lucros		-	-	1.057	(1.057)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		<u>686.251</u>	<u>95</u>	<u>1.057</u>	<u>-</u>	<u>687.403</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u>	<u>31/12/2015</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(655)	(302)	4.392
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) líquido do exercício ao caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Valor residual das baixas do ativo imobilizado	-	-	1.218
Depreciação e amortização	9.196	-	10.323
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(2.564)	-	(2.564)
Juros e variação cambial de empréstimos	6.099	-	6.099
Provisão para linearização da receita	-	-	1.916
Resultado de equivalência patrimonial	(18.050)	-	-
Aumento de ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	(735)	-	(11.104)
Impostos a recuperar	(18)	-	(527)
Outros ativos	(262)	-	(774)
Aumento (redução) de passivos operacionais:			
Fornecedores e aluguéis a pagar	132	324	6.039
Obrigações tributárias	331	-	3.280
Obrigações trabalhistas	57	-	1.018
Outros passivos	602	-	657
Juros pagos - empréstimos	-	(3)	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(3.727)
Fluxo de caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais	(5.867)	19	16.246
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de investimento	(684.570)	-	(684.570)
Aquisição de Imobilizado ou Intangível	(23.398)	(1.364)	(23.756)
Fluxo de caixa aplicado nas atividades de investimento	(707.968)	(1.364)	(708.326)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de Capital	686.250	-	686.250
Partes relacionadas	26.290	-	11.518
Ingresso (pagamento) de empréstimos	-	2.799	-
Fluxo de caixa gerado pelas atividades de financiamento	712.540	2.799	697.768
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.295)	1.454	5.688
Caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício	1.454	-	-
No final do exercício	159	1.454	5.688
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(1.295)	1.454	5.688

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

PHOENIX TOWER PARTICIPAÇÕES S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Phoenix Tower Participações S.A. (“Companhia”), constituída em 9 de maio de 2014, é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, 5º andar, Itaim Bibi. Suas controladas têm como atividade preponderante a cessão de uso de infraestrutura compartilhada (“Sites”), que compreende torres de telecomunicações e a sua infraestrutura, a operadoras de telecomunicações. Os Sites são instalados em imóveis de terceiros - terrenos (“greenfield”) ou topos de prédios (“roof tops”), os quais são alugados pela Companhia e suas controladas. A Companhia, por sua vez, é controlada pela Phoenix Tower International e tem como controlador final o Blackstone Group, companhia de “private equity”.

Em 31 de dezembro de 2015, as quantidades de Sites mantidos pela Companhia e suas controladas são as seguintes:

	<u>Quantidade</u>
Sites em operação	650
Sites em construção	<u>71</u>
Total	<u>721</u>

Aquisição da Phoenix Tower do Brasil Participações S.A. (PTB)

Em 8 de junho de 2015, a Companhia adquiriu integralmente a empresa Phoenix Tower Brasil Participações S.A. - PTB (anteriormente T4U Holding Brasil Ltda. - T4U Holding).

Pela aquisição de 100% do capital votante e total da T4U Holding, a Companhia desembolsou, nos termos do Acordo de Compra de Ações celebrado com os antigos cotistas, o montante total de R\$658.783, considerando o preço principal, pagamento de *Catch up* e ajustes, conforme definidos no referido Acordo.

Preço Base de Compra	<u>669.987</u>
Outros custos incorridos para pagamento do preço base de Compra	1.665
Ajuste de preço referente a pagamento de empréstimos em aberto	(26.758)
Ajuste de preço referente a acerto/movimentação de saldos patrimoniais	<u>13.889</u>
Preço Pago na Aquisição da T4U aos cotistas	<u>658.783</u>

Em 3 de agosto de 2015 a Companhia contratou a KPMG Corporate Finance para preparação do *Purchase Price Allocation (PPA)*, que indicou a seguinte alocação de preço:

Preço de Aquisição	658.783
Ajustes de equity	(13.549)
(-) Patrimônio Líquido	<u>(41.967)</u>
(=) Valor a ser alocado	<u>603.267</u>
Ativos Intangíveis - contratos de clientes (i)	240.525
Ativo Imobilizado - valor justo das torres (ii)	5.845
Ágio de rentabilidade futura (iii)	356.897

- (i) O ativo intangível alocado refere-se a contratos de aluguel das torres vigentes na data base de aquisição, projetado pelo fluxo de caixa a ser gerado. A vida útil foi baseada no período de vigência remanescente dos contratos, indicando uma vida útil de 16 anos.
- (ii) Refere-se a diferença entre o valor contábil das torres em 31 de maio de 2015 no montante de R\$75.117 e o valor justo avaliado pela KPMG no montante de R\$80.962. O prazo de amortização foi determinado pela vida útil remanescente das torres avaliadas, indicando um prazo de 16 anos.
- (iii) O Ágio de rentabilidade futura (Goodwill) corresponde à capacidade de geração de lucros que não pode ser atribuída a um item patrimonial específico passível de negociação individual. A Administração entende que o ágio é justificado pela renovação de contratos após seu término e aumento de novos clientes dada a capacidade ociosa das torres.

Incorporação da Phoenix Tower do Brasil Participações S.A.

Em 30 de dezembro de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação da PTB pela Companhia. O laudo de avaliação contábil foi preparado pela empresa Partnership Auditores Independentes S/S, o qual indica que o montante global do patrimônio líquido da PTB, a valor contábil, na data base de 31 de dezembro de 2015, a ser vertido a Companhia, é de R\$85.804.

Foi incorporado o seguinte acervo líquido:

Disponibilidades	44
Adiantamentos diversos	22
Impostos a recuperar	56
Dividendos a receber	4.873
Mutuo - Partes Relacionadas	120
Participações Societárias	94.556
Intangível	<u>23</u>
Total do ativo incorporado	<u>99.694</u>
Contas a pagar	15
Alugueis a pagar	3
Distribuição de dividendos	13.549
Impostos a recolher	5
Obrigações trabalhistas/previdenciárias	163
Partes relacionadas	<u>155</u>
Total do passivo incorporado	13.890
Total do Acervo Líquido	<u>85.804</u>

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma.

A Companhia e suas controladas atuam em um mesmo ambiente econômico, usando o real (R\$) como moeda funcional, a qual é também a moeda de apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Adicionalmente, a Companhia e suas controladas não realizam operações significativas em moeda estrangeira.

2.2. Consolidação

Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as controladas e a Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas, sendo destacada a participação dos acionistas não controladores.

Investimentos em controladas

O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Nesse método, os componentes dos ativos, passivos e resultados são combinados integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido das controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as participações em controladas são reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial.

2.3. Utilização de estimativas e julgamentos

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“CPCs”), aprovadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as quais requerem que a Administração faça estimativas que podem afetar o valor de ativos e passivos reportados, a divulgação de ativos e passivos contingentes nas datas dos balanços e os valores de receitas e despesas reportados para o período coberto. Na elaboração dessas demonstrações financeiras, algumas estimativas foram feitas pela Administração, incluindo a estimativa de vida útil dos bens do ativo imobilizado, a determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos e a provisão para riscos e processos judiciais. Podem ocorrer diferenças entre os resultados atuais e os estimados.

2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos de contas garantidas na demonstração dos fluxos de caixa. As contas garantidas são registradas na rubrica “Empréstimos”, no passivo circulante.

2.5. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores faturados, deduzidas das provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa. A provisão é constituída sobre recebíveis vencidos, além de contas específicas a receber consideradas não cobráveis, com base na avaliação individual de cada cliente.

Devido ao curto prazo de recebimento das contas a receber de clientes, o ajuste a valor presente não é relevante para efeito de registro e apresentação nas demonstrações financeiras.

2.6. Ativo imobilizado

Apresentado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável, quando aplicável. O custo de aquisição inclui os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres e infraestrutura instaladas nos imóveis alugados de terceiros.

Os gastos manutenção e reparo são registrados no resultado do exercício quando incorridos.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear, como segue:

	Taxa de depreciação % média anual
	<hr/>
Torres de telecomunicações e infraestrutura (“ <i>Sites</i> ”) e custo de desmobilização	4%
Móveis e utensílios e outros ativos	18,7%

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são apurados comparando-se o valor da venda com o valor contábil residual e são reconhecidos na demonstração do resultado na data de alienação.

2.7. Provisão para desmobilização de ativos

A provisão é constituída tendo como base os custos estimados a incorrer na desmobilização de torres, instaladas em terrenos ou topos de prédios alugados de terceiros, de forma a registrar a melhor estimativa do montante de recursos necessários para restauração das áreas onde estes ativos foram instalados, conforme determina o CPC 27 - “Ativo Imobilizado” e ICPC 12 - “Mudanças em Passivos por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares”. O valor registrado representa o valor presente dos custos nas datas estimadas para desmobilização dos ativos. Alterações subsequentes nas estimativas são reconhecidas no custo de desmobilização no ativo imobilizado.

2.8. Avaliação do valor recuperável de ativos não financeiros (teste de “impairment”)

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido dos ativos não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando estas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.9. Tributação

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A Companhia e a maioria das suas controladas optaram pela tributação do imposto de renda e da contribuição social com base no regime de lucro presumido. De acordo com este regime, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é apurada com a aplicação do percentual de 32% sobre as receitas operacionais brutas e 100% sobre as demais receitas. O imposto de renda é computado pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para o valor que exceder R\$240 no período de 12 meses, e a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre esta base de cálculo.

Assim, com a adoção do regime de lucro presumido, não existem diferenças temporárias a serem consideradas para efeito de mensuração e reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos.

A controlada direta T4U Brasil Ltda. optou pela tributação com base no lucro real.

b) Impostos sobre as receitas

As receitas de locação de torres e de infraestrutura estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas alíquotas básicas abaixo:

- Programa de Integração Social (PIS) - 0,65%
- Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3%

Esses encargos são apresentados como deduções da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

2.10. Ativos contingentes e provisões para demandas judiciais

Os ativos contingentes são reconhecidos somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, transitadas em julgado. Os ativos contingentes com êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa.

As demandas judiciais são provisionadas quando as perdas forem avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As demandas judiciais são avaliadas como de perdas possíveis são divulgadas em nota explicativa e as demandas judiciais avaliadas como de perdas remotas não são provisionadas ou divulgadas.

2.11. Reconhecimento de receitas

Os arrendamentos mercantis para os quais a Companhia não transfere substancialmente todos os riscos e benefícios da posse do ativo são registrados como arrendamentos mercantis operacionais. As receitas de locação das torres e de infraestrutura dos arrendamentos mercantis operacionais são reconhecidas de forma linear ao longo do prazo dos contratos de locação. Os contratos de locação celebrados pela Companhia não estabelecem prazos de carência.

A receita de locação é reconhecida quando o seu valor puder ser mensurado com segurança e é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia.

2.12. Lucro por ação

O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido disponível aos quotistas da Companhia pelo número médio ponderado de ações em aberto durante o exercício. A Companhia não possui instrumentos diluidores que influenciam no cálculo do lucro por ação diluído.

2.13. Combinação de negócios

As aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia em uma combinação de negócios inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo na data de aquisição e incluída na contrapartida transferida em uma combinação de negócios. As variações no valor justo da contrapartida contingente classificadas como ajustes do período de mensuração são ajustadas retroativamente, com correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o “período de mensuração” (que não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição) relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente não classificadas como ajustes do período de mensuração é remensurada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração, ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

2.14. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado do exercício. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

2.15. Adoção das “International Financial Reporting Standards - IFRSs” novas e revisadas

Alterações às IFRSs e novas interpretações de aplicação obrigatória a partir do exercício corrente

No exercício corrente, a Companhia aplicou novas interpretações às IFRSs e aos CPCs emitidos pelo “International Accounting Standards Board - IASB” e pelo CPC, respectivamente, que entram obrigatoriamente em vigor para períodos contábeis iniciados em 1º de janeiro de 2015. A adoção dessas IFRSs novas e revisadas não teve nenhum efeito relevante sobre os valores reportados e/ou divulgados para os exercícios corrente e anterior.

- Alterações à IAS 19 - Planos de Benefícios Definidos: Contribuições dos Empregados.
- Melhorias Anuais nas IFRSs: Ciclos 2010-2012 e 2011-2013.

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

A Companhia não adotou as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não adotadas:

IFRS 9	Instrumentos Financeiros (2)
IFRS 15	Receitas de Contratos com Clientes (2)
IFRS 16	Operações de Arrendamento Mercantil (3)
Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2)	Acordo Contratual Conjunto (1)
Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1)	Esclarecimento dos Métodos de Depreciação e Amortização Aceitáveis (1)
Modificações à IAS 16/CPC 27 e IAS 41/CPC 29	Agricultura: Plantas Portadoras (1)
Modificações à IAS 27/CPC 35 (R2)	Demonstrações Separadas (1)
Modificações à IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)	Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou “Joint Venture” (1)
Modificações às IFRSs	Melhorias Anuais nas IFRSs: Ciclo 2012-2014 (1)
Modificações à IAS 1/CPC 26 (R1)	Iniciativa de Divulgação (1)
Modificações à IFRS 10/CPC 36 (R3), IFRS 12/CPC 45 e IAS 28/CPC 18 (R2)	Entidades de Investimento: Aplicando a Exceção de Consolidação (1)

- (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida.
- (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.
- (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019, com adoção antecipada permitida.

É esperado que esses pronunciamentos sejam emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM e pelo CFC de modo que sejam aplicados a partir de sua aplicação obrigatória conforme previsto pelas IFRSs.

A Administração da Companhia ainda não avaliou as novas normas, não sendo possível estimar de forma razoável os eventuais efeitos sobre as demonstrações financeiras antes da conclusão de suas análises.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

<u>Descrição</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>31/12/15</u>	<u>31/12/14</u> <u>(não auditado)</u>	<u>31/12/15</u>
Caixas e bancos	115	1.454	221
Aplicações financeiras (*)	<u>44</u>	<u>-</u>	<u>5.467</u>
	<u>159</u>	<u>1.454</u>	<u>5.688</u>

(*) As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins, visto que a Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa, os quais estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Tais aplicações financeiras estão representadas substancialmente por aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remuneradas a taxas que variam de 97% a 103% do CDI, podendo ser resgatadas a qualquer tempo sem prejuízo da sua remuneração.

4. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/15</u>
Locações a receber	11.104

De acordo com os contratos celebrados com os clientes, os valores de locação são, substancialmente, recebidos até o 21º dia do mês subsequente.

O saldo de contas a receber de clientes por vencimento pode ser demonstrado conforme segue:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/15</u>
A vencer	8.316
Vencidos:	
Até 30 dias	569
De 31 a 180 dias (*)	1.082
Mais de 180 dias (*)	<u>1.137</u>
	<u>11.104</u>

(*) Os saldos vencidos estão representados substancialmente por contas a receber de operadoras de telecomunicações com pendências administrativas, as quais estão sendo solucionadas, e os valores foram, subseqüentemente, recebidos pela Companhia.

5. DIVIDENDOS

Em 31 de dezembro de 2015, o saldo é representado por dividendos a receber da controlada T4U Brasil, cujo recebimento está previsto para ocorrer durante o primeiro semestre de 2016.

6. INVESTIMENTOS

6.1. Composição do saldo

	Participação - %	Patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício	Equivalência patrimonial <u>2015</u>	Saldo de investimento <u>2015</u>
Phoenix Tower Brasil					
Participações S.A. - PTB (i)	99,99%	-	18.052	18.050	-
T4U Brasil Ltda. (ii)	99,99%	118.181	-	-	118.169
Torres do Brasil Ltda. (ii)	99,99%	286	-	-	286
T4U SPI Infraestrutura Ltda (iii)	00,13%	28.964	-	-	38
T4U SP Infraestrutura Ltda (iii)	00,19%	18.419	-	-	35
T4U SUL Infraestrutura Ltda (iii)	00,25%	8.014	-	-	20
T4U RJ Infraestrutura Ltda (iii)	00,48%	9.038	-	-	44
T4U ND Infraestrutura Ltda (iii)	00,17%	14.970	-	-	25
T4U NORTE Infraestrutura Ltda (iii)	1,00%	4.789	-	-	48
Ágio na aquisição de investimentos (iii)	-	-	-	-	<u>356.897</u>
		<u>118.457</u>	<u>18.052</u>	<u>18.050</u>	<u>475.562</u>

- (i) O saldo de investimento em 31 de dezembro de 2015 está zerado pois, conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a PTB foi incorporada em 31 de dezembro de 2015. O resultado de equivalência patrimonial refere-se ao período de 01 de julho de 2015 (pós aquisição) até 31 de dezembro de 2015;
- (ii) A partir da incorporação da PTB, a Companhia passou a investir diretamente nessas empresas, que eram controladas indiretas até a data da incorporação;
- (iii) Ágio gerado na aquisição da PTB conforme mencionado na nota explicativa 1. No consolidado, este valor é apresentado na rubrica do intangível.

6.2. A movimentação dos investimentos da controladora está assim apresentada:

Saldo inicial	-
Aquisição de investimento (i)	669.987
Ajuste de preço referente a acerto/movimentação de saldos patrimoniais (i)	13.889
Outros custos de aquisição (i)	1.665
Ajustes de equity (i)	(13.549)
Alocação do preço de aquisição (i)	(246.370)
Baixa Incorporação Phoenix Tower Brasil S.A (PTB) (ii)	(85.804)
Aumento Investimento em Controladas (Incorporação PTB) (ii)	94.556
Aumento de capital por meio da transferência de ativos e passivos (iii)	24.109
Equivalência patrimonial	18.050
Outros	(971)
Saldo final	<u>475.562</u>

- (i) Movimentações originadas da aquisição da PTB, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

- (ii) Baixa referente a incorporação da PTB, vide nota explicativa nº1
- (iii) Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia aumentou capital na controlada T4U Brasil Ltda. através da transferência de determinados ativos e passivos, conforme laudo preparado pela Partnership Auditores Independentes S/S.

6.3. Principais informações sobre as demonstrações financeiras das investidas

As participações em controladas, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com o balanço em 31 de dezembro de 2015, e as principais informações sobre as demonstrações financeiras estão assim demonstradas:

	31/12/15			Lucro líquido do período
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	
<u>Controlada direta (antes da incorporação da PTB)</u>				
Phoenix Tower do Brasil S.A.	99.694	13.890	85.804	18.052
<u>Controladas indiretas</u>				
T4U Brasil Ltda. (ii)	128.475	10.294	118.181	19.364
Torres do Brasil Ltda. (ii)	286	10	276	8
T4U SP Infraestrutura Ltda. (i)	22.548	4.129	18.419	5.704
T4U SUL Infraestrutura Ltda. (i)	12.056	4.042	8.014	1.384
T4U RJ Infraestrutura Ltda. (i)	11.110	2.072	9.038	2.699
T4U ND Infraestrutura Ltda. (i)	22.823	7.853	14.970	2.190
T4U SPI Infraestrutura Ltda. (i)	31.854	2.890	28.964	7.637
T4U Norte Infraestrutura Ltda. (i)	13.592	8.803	4.789	997

- (i) Correspondem aos investimentos de participação indireta da Companhia, uma vez que são controladas diretamente pela T4U Brasil;
- (ii) Tais entidades passaram a ser diretamente controladas pela Companhia após a incorporação da PTB, em 31 de dezembro de 2015 (vide nota explicativa nº1).

7. IMOBILIZADO - CONSOLIDADO

7.1. Composição do imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Torres e infraestrutura	4,00	123.855	(24.891)	98.964
Móveis e utensílios e outros ativos	18,70	3.931	(1.150)	2.781
Custo de desmobilização	4,00	858	(234)	624
Construção em andamento	-	<u>5.666</u>	-	<u>5.666</u>
Total		<u>134.703</u>	<u>(26.275)</u>	<u>108.035</u>

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Não houve provisão para perda de ativos no exercício de 31 de dezembro de 2015.

Durante o período, a Companhia não efetuou capitalização de juros nem identificou a necessidade de revisar a vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação do ativo imobilizado.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas tinham compromissos assumidos em decorrência da construção de infraestrutura e de torres, contratados com os seus fornecedores, conforme ordens de compra aprovadas pela Administração, no montante de R\$5.730.

7.2. Movimentação do imobilizado

	<u>Controladora</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-
Adição	22.583
Depreciação	(1.288)
Transferência para controlada T4U Brasil (i)	(21.291)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>4</u>

(i) Vide nota explicativa nº 6

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	-
Adição referente aquisição da Phoenix Tower Brasil S.A.	87.285
Adição - compra de ativo imobilizado	24.383
Baixa	(1.218)
Depreciação	(2.415)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>108.035</u>

8. INTANGÍVEL

O saldo do ativo intangível em 31 de dezembro de 2015 está demonstrado como segue:

	Vida útil	<u>Controladora</u>			<u>Consolidado</u>
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Contratos de clientes (i)	16 anos	240.525	(7.516)	233.009	233.009
Mais valia de ativos - aquisição de investimento (i)	16 anos	5.845	(183)	5.662	5.662
Ágio na aquisição de investimentos (i)	n/a	-	-	-	356.897
Outros intangíveis	5 a 6 anos	<u>2.179</u>	<u>(209)</u>	<u>1.970</u>	<u>2.245</u>
		<u>248.549</u>	<u>(7.908)</u>	<u>240.641</u>	<u>597.813</u>

(i) Ativo intangível originado na compra da PTB, conforme mencionado na nota explicativa nº 1.

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2014	1.364	-
Adições - aquisição PTB	246.370	603.267
Adições - outros	815	2.235
Amortizações (i)	<u>(7.908)</u>	<u>(7.908)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2015	<u>240.641</u>	<u>597.594</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2015 a Companhia constituiu imposto de renda e contribuição social diferidos ativo sobre a diferença temporária entre a amortização fiscal e a amortização contábil do intangível gerado na aquisição da PTB, registrado na rubrica de imposto de renda e contribuição social diferido no ativo não circulante.

9. FORNECEDORES

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/15</u>
Construção de infraestrutura e fornecimento de torres	5.730
Outros fornecedores	<u>1.101</u>
Total	<u>6.831</u>

10. ALUGUÉIS A PAGAR

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/15</u>
Aluguel de terrenos e topos de edifícios (*)	2.070

- (*) Correspondem aos valores a pagar dos contratos de locação de terrenos e topos de prédios, alugados de terceiros, com cláusulas típicas de atualização monetária anual com base em índices de preços (Índice Geral de Preço de Mercado - IGPM e Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA). Tais contratos são reconhecidos como arrendamentos mercantis operacionais, e os pagamentos mínimos futuros, a valores de 31 de dezembro de 2015, totalizaram R\$135.639 e estão assim distribuídos:

Até um ano	23.117
Mais de um ano e até cinco anos	80.894
Mais de cinco anos	<u>31.628</u>
Total	<u>135.639</u>

O valor das despesas de aluguéis no período de doze meses findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 12.828.

11. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	1.787
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	667
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	265
Imposto Sobre Serviço de qualquer natureza - ISS	178
Imposto Nacional do Seguro Social - INSS	175
Outras	<u>208</u>
Total	<u>3.280</u>

Reconciliação da despesa de IRPJ e CSLL no resultado do exercício

Os valores de imposto de renda e contribuição social na demonstração do resultado apresentam a seguinte reconciliação em relação aos seus valores com base na alíquota nominal:

	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Receitas de locação de torres e infraestrutura (a)	46.904
Receitas financeiras (b)	391
Base de cálculo do imposto de renda (32% (a) + 100% (b))	15.400
Total do imposto de renda (15%)	2.310
Total da contribuição social (9%)	1.386
Total do adicional de imposto de renda (10%)	1.516
Outros	<u>(165)</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social - correntes lançada no resultado	<u>5.047</u>

A controlada direta T4U Brasil Ltda. atua como “holding” intermediária da Companhia e registra os resultados de suas controladas por meio do método de equivalência patrimonial, o que não produz efeitos fiscais. Dessa forma, não tem sido apurada base tributável nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.

Em 31 de dezembro de 2015, a T4U Brasil Ltda. possui saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social de R\$32.293 (sem prazo de prescrição), para o qual não foi constituído o crédito tributário correspondente. O imposto de renda diferido ativo não foi reconhecido no balanço sobre esse saldo de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, no montante de R\$10.980, uma vez que não existem perspectivas de geração de resultados tributáveis, devido à sua natureza operacional de “holding”.

12. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia e suas controladas são partes em processos trabalhistas e cíveis e estão discutindo essas questões tanto na esfera administrativa como na judicial, para as quais, quando aplicável, foram efetuados depósitos judiciais. As provisões para eventuais perdas decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, com base na opinião dos consultores legais da Companhia. A movimentação da provisão para demandas judiciais relacionadas como processos avaliados como perda provável está assim demonstrada:

	Consolidado			Depósitos judiciais
	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Total</u>	
Saldos em 1º de janeiro de 2015	-	-	-	-
Adições - aquisição PTB (i)	<u>284</u>	<u>693</u>	<u>977</u>	<u>354</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2015	<u>284</u>	<u>693</u>	<u>977</u>	<u>354</u>

(i) Adição referente a aquisição da PTB, conforme mencionado na nota explicativa nº 1

As demandas judiciais classificadas como perda provável envolvem principalmente os seguintes processos:

Trabalhistas

A provisão de R\$284 está relacionada a dois processos trabalhistas movidos por ex-funcionários cujos pedidos estão relacionados com pagamentos de verbas rescisórias, tais como adicionais salariais e horas extras. Essa provisão é revisada periodicamente com base na evolução dos processos e no histórico de perdas das reclamações trabalhistas para refletir a melhor estimativa corrente.

Os processos na esfera trabalhista avaliados como perda possível totalizavam R\$60 em 31 de dezembro de 2015.

Cíveis

Correspondem principalmente a multas administrativas emitidas por órgãos públicos municipais em virtude de ausência de licenças para instalação das torres em terrenos e topos de prédios alugados de terceiros.

Os processos na esfera municipal avaliados como perda possível totalizam R\$2.000 em 31 de dezembro de 2015.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas não foram partes em processos judiciais tributários.

13. PROVISÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

Conforme estabelecido nos contratos de locação, a Companhia é responsável pela desmontagem e remoção das torres e infraestrutura instaladas nos terrenos e topos de prédios alugados de terceiros. Assim, a Companhia registra provisão com a sua melhor estimativa dos custos a incorrer na desmontagem desses equipamentos ao término do contrato de locação.

14. RECEITA DIFERIDA

O montante de R\$4.261 registrado na rubrica de receita diferida representa o efeito das receitas de aluguéis reconhecidas de forma linear de acordo com o prazo dos contratos.

15. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social subscrito e integralizado está representado por 686.250.796 ações ordinárias, sem valor nominal, detidas 100% pela Brazilian Towers - Fundo de Investimento em Participações.

b) Aumento de capital

A Companhia deliberou em 05 de junho de 2015, em Assembleia Geral Extraordinária, pelo aumento do capital social em R\$686.249.786, passando de R\$1.000 para R\$686.250.786, mediante emissão de 686.249.786 ações ordinárias, sem valor nominal.

c) Distribuição de lucros

Conforme Estatuto Social da Companhia, os acionistas terão direito a um dividendo obrigatório correspondente a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado pela destinação de 5% desse lucro para a constituição de reserva legal.

d) Plano de opção de compra de ações

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 8 de agosto de 2014, foi aprovado o plano de opção de compra de ações para diretores e funcionários, cujas diretrizes para concessão serão determinadas pelo Conselho de Administração da Companhia. Até 31 de dezembro de 2015, não houve nenhuma outorga de opção de compra de ações da Companhia.

16. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Receitas de locação de torres e infraestrutura	2.308	46.904
Impostos sobre receitas de locação	<u>(141)</u>	<u>(2.608)</u>
Receita operacional líquida	<u>2.167</u>	<u>44.296</u>

17. CUSTO E DESPESAS POR NATUREZA

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Aluguel de imóveis de terceiros	1.565	12.828
Manutenção e reparos	55	783
Depreciação e amortização	9.196	10.323
Salários e encargos sociais	82	3.524
Serviços prestados por terceiros	2.007	2.382
Receita diferida - linearização dos alugueis	-	1.916
Outros custos	<u>615</u>	<u>640</u>
	<u>13.520</u>	<u>32.396</u>
Custo das locações	10.022	23.498
Gerais e administrativas	3.498	8.898

18. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u> <u>31/12/2015</u>	<u>Consolidado</u> <u>31/12/2015</u>
Juros sobre empréstimos	818	818
Variação cambial passiva	5.281	5.281
Despesas bancárias	29	114
Outras despesas financeiras	<u>290</u>	<u>432</u>
Total das despesas financeiras	<u>6.418</u>	<u>6.645</u>
Receitas de aplicações financeiras	-	391
Outras receitas financeiras	<u>1</u>	<u>22</u>
Total das receitas financeiras	<u>1</u>	<u>413</u>

19. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, os saldos relativos às operações com partes relacionadas referem-se a empréstimos a título de mútuo entre as empresas do Grupo e estão apresentados a seguir:

	Controladora		Consolidado
	<u>31/12/2015</u>	<u>31/12/2014</u> (não auditado)	<u>31/12/2015</u>
Ativo não circulante-			
Mútuo - controladas	<u>120</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Passivo não circulante:			
T4U Brasil Ltda. (i)	199	-	-
T4U SP Infra-Estrutura Ltda. (i)	6.631	-	-
T4U SPI Infra-Estrutura Ltda. (i)	7.396	-	-
T4U SUL Infra-Estrutura Ltda. (i)	1.147	-	-
T4U RJ Infra-Estrutura Ltda. (i)	1.973	-	-
T4U ND Infra-Estrutura Ltda. (i)	48	-	-
T4U Norte Infra-Estrutura Ltda. (i)	329	-	-
PTI Brazil HoldCo, LLC (ii)	<u>17.617</u>	<u>2.796</u>	<u>17.617</u>
	<u>35.340</u>	<u>2.796</u>	<u>17.617</u>

- (i) Representam mútuos com controladas, os quais não sofrem incidência de juros nem correção monetária e não há prazo para pagamento estabelecido;
- (ii) Representa contrato de mútuo com acionista controlador, com incidência de juros de 12% a.a., sem prazo para pagamento estabelecido entre as partes.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração é composto pela diretoria executiva da Companhia. A remuneração desses profissionais está apresentada a seguir:

	<u>31/12/15</u>
Benefícios de curto prazo - salários	645
Encargos sociais	176
Outros benefícios indiretos (*)	<u>80</u>
	<u>901</u>

- (*) Estão representados substancialmente por reembolso de despesas de locomoção, aluguel, passagens aéreas e hospedagem. A Companhia não concede outros benefícios de curto prazo a esses profissionais.

20. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

20.1. Fatores de risco

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: riscos de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez, conforme a seguir detalhados. O gerenciamento desses riscos é realizado por meio de definição de estratégias conservadoras, visando à rentabilidade, liquidez e segurança, de acordo com políticas aprovadas pelos administradores da Companhia.

Os detalhes da exposição da Companhia aos riscos estão descritos a seguir:

a) Riscos de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de câmbio é aplicável principalmente ao empréstimo com partes relacionadas firmado em dólares norte-americanos (vide detalhes na nota explicativa nº 19).

A Companhia tem gerado fluxo de caixa em montante suficiente para fazer frente aos pagamentos de principal e juros no fim de cada período de relatório.

(ii) Risco fluxo de caixa ou valor justo associado ao risco de taxas de juros

O risco de taxa de juros refere-se ao risco de variação do valor justo dos fluxos de caixa futuros de instrumentos financeiros devido à variação nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de variação nas taxas de juros de mercado é aplicável principalmente às aplicações financeiras incluídas em caixa e equivalentes de caixa, remuneradas com base na variação do Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI, o que pode afetar o resultado e os fluxos de caixa da Companhia.

b) Risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de a contraparte não honrar suas obrigações relativas a um instrumento financeiro ou contrato com cliente, gerando uma perda financeira. A Companhia está exposta principalmente a risco de crédito referente ao caixa e equivalentes de caixa e às contas a receber de clientes. O risco de crédito é minimizado por meio das seguintes políticas:

Caixa e equivalentes de caixa: a Companhia adota métodos que restringem os valores que possam ser alocados a uma única instituição financeira e leva em consideração limites monetários e classificações de crédito das instituições financeiras com as quais opera, as quais são periodicamente atualizadas.

Contas a receber de clientes: O risco de crédito é minimizado, pois os contratos de locação foram celebrados com clientes de primeira linha, principalmente grandes operadoras de telecomunicações com baixo histórico de atrasos.

c) Risco de liquidez

O risco de liquidez surge da possibilidade de a Companhia não cumprir com as obrigações contratadas nas datas previstas e necessidades de caixa devido às restrições de liquidez de mercado. O excesso de caixa é gerenciado pela Tesouraria da Companhia, que investe esse excesso em aplicações financeiras com incidência de juros, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões de fluxo de caixa.

d) Análise de sensibilidade

Com a finalidade de verificar a sensibilidade do indexador das aplicações financeiras, a qual a Companhia estava exposta na data-base 31 de dezembro de 2015, foram definidos três cenários diferentes. Foram obtidas as projeções para cada uma das transações analisadas e, com base nessas projeções, foi definido o cenário provável (cenário I), e, a partir deste, foram calculadas as variações de 25% (cenário II) e 50% (cenário III).

Para cada cenário foram calculadas “a receita e a despesa financeiras brutas”, não levando em consideração o impacto de tributação. A data-base utilizada foi 31 de dezembro de 2015, projetando um ano e verificando a sensibilidade em cada cenário.

	Risco	Saldos em 31/12/2015	Taxas utilizadas (*)	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Aplicações financeiras indexadas ao CDI (nota explicativa nº 3)	Queda do CDI	5.467	13,18%	721	541	360

(*) Com base nas projeções de CDI para os próximos 12 meses, divulgadas pela BM&FBovespa e consideradas no cenário I (provável).

20.2. Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos seus acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir os custos associados a essa geração de resultados e benefícios.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de distribuição de lucros, devolver capital aos acionistas ou, ainda, reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

20.3. Valor justo

Apresentamos a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos principais instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas demonstrações financeiras:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>Valor contábil</u>	<u>Valor justo</u>
Ativos financeiros:		
Caixa e equivalentes de caixa	5.688	5.688
Contas a receber de clientes	11.104	11.104
Depósitos judiciais	<u>354</u>	<u>354</u>
Total	<u>17.146</u>	<u>17.146</u>
Passivos financeiros:		
Empréstimos - Partes Relacionadas	17.617	17.617
Fornecedores	6.831	6.831
Aluguéis a pagar	<u>2.070</u>	<u>2.070</u>
Total	<u>26.518</u>	<u>27.657</u>

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é a quantia pela qual o instrumento poderá ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo:

- Caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e contas a pagar a fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento de curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de empréstimos e financiamentos é estimado por meio dos fluxos de caixa futuros descontados, utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

20.4. Estimativa do valor justo

O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível à Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia aplica o pronunciamento técnico CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo seguinte nível da hierarquia de mensuração pelo valor justo. O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de um distribuidor, Bolsa, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação ou agência reguladora e se aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

As estimativas de valor justo para as aplicações financeiras e os instrumentos financeiros derivativos estão incluídas no Nível 2, que consideram preços cotados em mercados ativos para instrumentos similares, preços cotados para instrumentos idênticos ou similares e mercados não ativos e modelos de avaliação para os quais “inputs” são observáveis.

21. CONTRATOS DE ARRENDAMENTO MERCANTIL OPERACIONAL

A Companhia e suas controladas celebraram contratos de locação de torres de telecomunicações e infraestrutura com vários clientes, reconhecidos como operações de arrendamento mercantil operacional. Tais contratos possuem vários vencimentos e contemplam cláusula de atualização monetária anual dos valores dos aluguéis, com base em índices de preços (IGP-M e IPCA).

Os recebimentos mínimos futuros desses contratos de locação, a valores de 31 de dezembro de 2015, são os seguintes:

Até um ano	94.382
Mais de um ano e até cinco anos	345.924
Mais de cinco anos	<u>314.315</u>
Total	<u>754.621</u>

22. SEGUROS

As coberturas de seguro foram contratadas para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

<u>Tipo de risco</u>	<u>Cobertura</u>
Responsabilidade civil	40.000
Riscos diversos (incêndio, vendaval, danos elétricos) de torres e infraestrutura	108.970

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA

Durante o exercício de 31 de dezembro de 2015, a Companhia e suas controladas realizaram operações que não envolveram caixa, relativamente a

- a) Construção de infraestrutura e ao fornecimento de torres, no montante de R\$2.862, aumentando os saldos registrados nas rubricas “Ativo imobilizado” e “Fornecedores”;
- b) Incorporação da PTB, conforme mencionado na nota explicativa nº1;
- c) Constituição de dividendos a pagar do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 no montante de R\$454;
- d) Aumento de capital em controlada por meio da transferência de ativos e passivos, no valor de R\$24.109, conforme mencionado na nota explicativa nº 6.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

Mudança de Regime de Tributação

Foi aprovado pela Administração que, a partir do Ano Calendário de 2016, a Companhia alterou o Regime de Tributação do Lucro Presumido para a apuração pelo Lucro Real das empresas T4U ND Infra-Estrutura Ltda, T4U RJ Infra-Estrutura Ltda, T4U SUL Infra-Estrutura Ltda, T4U SP Infra-Estrutura Ltda, T4U SPI Infra-Estrutura Ltda e T4U Norte Infra-Estrutura Ltda.

Incorporação - controladas indiretas

Em 29 de abril de 2016, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovada a incorporação das entidades relacionadas no quadro abaixo à Phoenix Tower Participações S.A. A data base da incorporação foi de 30 de abril de 2016.

- T4U RJ Infra-Estrutura Ltda.
- T4U SPI Infra-Estrutura Ltda.
- T4U SP Infra-Estrutura Ltda.
- T4U Norte Infra-Estrutura Ltda.
- T4U SUL Infra-Estrutura Ltda.
- T4U ND Infra-Estrutura Ltda.

Foi incorporado o seguinte acervo líquido (informação não auditada):

<u>ATIVO</u>	<u>RJ</u>	<u>SUL</u>	<u>ND</u>	<u>SPI</u>	<u>SP</u>	<u>NORTE</u>	<u>Total</u>	<u>Phoenix - 29/04/16</u>	<u>Phoenix - 30/04/16</u>
CIRCULANTE									
Caixa e Equivalente de Caixa	1.461	539	144	792	1.567	0	4.504	207	4.712
JP Morgan (Escrow)	-	-	-	-	-	-	-	59.948	59.948
Contas a Receber	1.062	577	1.252	3.111	3.372	948	10.322	432	10.754
Impostos a Recuperar	36	-	6	13	15	1	72	74	146
Adiantamentos	64	125	162	159	189	105	804	69	873
Outros Ativos	1	0	15	54	37	1	108	282	390
Dividendos a Receber	-	-	-	-	-	-	-	4.363	-
Total do ativo circulante	2.624	1.242	1.580	4.129	5.180	1.056	15.810	65.375	76.822
NÃO CIRCULANTE									
Depósitos Judiciais	-	-	-	4	83	-	87	-	87
Despesas Antecipadas	208	108	-	-	-	6	322	145	467
Partes Relacionadas	3.388	1.244	331	9.277	8.581	498	23.319	3.358	-
Investimentos	-	-	-	-	-	-	-	157.087	69.142
Imobilizado	5.677	9.725	20.197	18.922	10.287	13.591	78.399	2.034	80.433
Intangível/ Ágio	-	-	-	-	-	-	-	604.597	604.597
Total do ativo não circulante	9.273	11.077	20.528	28.204	18.951	14.095	102.127	767.221	754.727
TOTAL DO ATIVO	11.897	12.319	22.107	32.333	24.131	15.151	117.938	832.596	831.550
PASSIVO									
CIRCULANTE									
Fornecedores	180	432	1.090	408	361	818	3.289	436	3.725
Aluguéis a Pagar	183	85	206	482	786	122	1.862	56	1.919
Obrigações Tributárias	315	157	282	824	801	220	2.598	262	2.860
Obrigações Trabalhistas	33	-	73	371	316	-	793	226	1.019
Dividendos a Pagar	-	2.000	842	-	-	1.528	4.370	-	7
Partes Relacionadas	-	-	-	-	-	-	-	-	2.641
Outros Passivos	4	2	44	208	125	7	391	16	407
Total do passivo circulante	715	2.676	2.537	2.293	2.388	2.695	13.303	997	12.578
NÃO CIRCULANTE									
JP Morgan (Escrow)	-	-	-	-	-	-	-	59.948	59.948
Provisão para Desmobilização de Ativo	325	171	425	535	824	174	2.454	11	2.466
Provisão para Linearização	1.010	29	1.704	159	841	1.084	4.827	-	4.827
Provisão para Contingências	-	-	-	4	21	-	25	-	25
Partes Relacionadas	-	688	1.013	192	1.468	6.023	9.383	19.934	-
Partes Relacionadas (PTI)	-	-	-	-	-	-	-	12.872	12.872
Total do passivo não circulante	1.335	888	3.142	890	3.154	7.281	16.690	92.765	80.137
PATRIMÔNIO LÍQUIDO									
Capital	2.951	3.208	7.140	16.628	6.976	1.602	38.505	694.784	694.784
Reserva Legal	(3.165)	9	36	(9.419)	(11.224)	12	(23.751)	-	-
Resultado do Período	-	-	-	-	-	-	-	4.425	4.425
Ajustes de Anos Anteriores	-	-	-	-	76	-	76	-	-
Resultado Acumulado	11.428	5.539	9.253	33.700	26.405	3.561	89.887	39.625	39.625
Distribuição de Resultado	(1.367)	-	-	(11.760)	(3.645)	-	(16.772)	-	-
Total do patrimônio líquido	9.848	8.755	16.429	29.150	18.588	5.175	87.945	738.834	738.834
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11.897	12.319	22.107	32.333	24.131	15.151	117.938	832.596	831.550

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram aprovadas pela Diretoria em 10 de junho de 2016.